

CONVÊNIO

Extrato do Acordo de Cooperação Técnica nº. 080.2024-TJPA
PARTES: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ e o ESTADO DO PARÁ, inscrito no CNPJ/MF nº 05.054.861/0001-76, com intervenção da SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA
OBJETO: Cooperação Técnica visando a colaboração entre o Tribunal de Justiça do Estado do Pará e o Estado do Pará, por meio da Secretaria de Assistência Social e Cidadania. O acordo visa à instalação e operação de 1 (um) Posto Avançado de Solução de Conflitos (PASC) em cada Usina da PAZ. Cada PASC estará vinculado a um Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania e atenderá demandas extrajudiciais e judiciais. Os métodos autocompositivos de solução de conflitos, como conciliação e/ou mediação, serão utilizados. Os termos dos acordos formulados serão encaminhados ao CEJUSC correspondente, via PJE, para homologação pelo juiz Coordenador
VIGÊNCIA: O presente Acordo terá vigência de 60 (sessenta) meses contados da data de sua assinatura, com eficácia a partir da publicação do extrato no Diário Oficial, podendo ser prorrogado por interesse das partes, na forma da legislação vigente.
FORO: Belém/PA
Data da assinatura: 11/12/2024.
RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA: Maria de Nazaré Gouveia dos Santos – Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Protocolo: 1152052

LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024.
Aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Pará, relativa ao exercício financeiro de 2023.
A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e sua Mesa Diretora promulga o seguinte Decreto Legislativo:
Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas do Governo do Estado do Pará, relativa ao exercício financeiro de 2023.
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO CABANAGEM, PLENÁRIO NEWTON MIRANDA, MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2024.
DEPUTADO FRANCISCO MELO (CHICÃO)
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará
DEPUTADA CILENE COUTO
1ª Secretária
DEPUTADO ELIAS SANTIAGO
2º Secretário
Protocolo: 1152260

TRIBUNAIS DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 43.111, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2024.
A Secretária de Gestão de Pessoas do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, estabelecidas pela PORTARIA Nº 40.211/2023, e,
CONSIDERANDO o que dispõe o Artigo 15, inciso I, da Lei nº 8.037, de 05-09-2014, publicada no Diário Oficial do Estado nº 32.722, de 08-09-2014; CONSIDERANDO o disposto nos Artigos 8, 11 e 12, da Resolução nº 18.768/2015;
CONSIDERANDO o Parecer nº 67/2024, da Comissão Permanente de Avaliação e Desempenho, anexo ao expediente eletrônico 024775/2024, R E S O L V E:
HOMOLOGAR o resultado da Avaliação de Desempenho para a Progressão Funcional Horizontal por Antiguidade, conforme tabela abaixo, elaborada pela Secretaria de Gestão de Pessoas:

Matrícula	Nome	ENQUADRAMENTO ATUAL			PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL POR ANTIGUIDADE			A contar de:
		Cargo atual	CI	Nv	Cargo Enquadramento	CI	Nv	
0101135	RAFAEL KLEBER MOREIRA SAAVEDRA DE SOUZA	Auditor de Controle Externo - Direito TCE-CT-603	C	01	Auditor de Controle Externo - Direito TCE-CT-603	C	02	04-12-2024

ALICE CRISTINA DA COSTA LOUREIRO
Secretária de Gestão de Pessoas

Protocolo: 1151986

PORTARIA Nº 43.112, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2024.
A Secretária de Gestão de Pessoas do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, estabelecidas pela PORTARIA Nº 40.211/2023, e, CONSIDERANDO o que dispõe o Artigo 15, inciso I, da Lei nº 8.037, de 05-09-2014, publicada no Diário Oficial do Estado nº 32.722, de 08-09-2014; CONSIDERANDO o disposto nos Artigos 8, 11 e 12, da Resolução nº 18.768/2015;
CONSIDERANDO o Parecer nº 68/2024, da Comissão Permanente de Avaliação e Desempenho, anexo ao expediente eletrônico 024779/2024, R E S O L V E:
HOMOLOGAR o resultado da Avaliação de Desempenho para a Progressão Funcional Horizontal por Antiguidade, conforme tabela abaixo, elaborada pela Secretaria de Gestão de Pessoas:

Matrícula	Nome	ENQUADRAMENTO ATUAL			PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL POR ANTIGUIDADE			A contar de:
		Cargo atual	CI	Nv	Cargo Enquadramento	CI	Nv	
0101090	CYNTHIA BORGES ALEXANDRINO	Auditor de Controle Externo - Procuradoria TCE-CT-604	C	01	Auditor de Controle Externo - Procuradoria TCE-CT-604	C	02	03-12-2024

ALICE CRISTINA DA COSTA LOUREIRO
Secretária de Gestão de Pessoas

Protocolo: 1151991

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 43.108, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2024.
A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO o Memorando nº 56/2024 – Coordenadoria de Administração Predial-CAP, protocolizado sob o Expediente nº 024649/2024, R E S O L V E:
DESIGNAR o servidor ADELINO OLIVEIRA MARTINS, Técnico Auxiliar de Controle Externo, matrícula nº 0100174, para substituir o servidor RAIMUNDO NONATO PEREIRA DA SILVA FILHO, Agente Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 0100333, no serviço de vigilância, no período de 02 a 16-12-2024.
ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES
Presidente

Protocolo: 1151967

CONTRATO

CONTRATO N.º: 39/2024
DATA ASSINATURA: 12/12/2024
OBJETO: Contratação da licença de uso de software de busca – Indexa, com armazenamento de imagens digital e de rolo microfilme do acervo processual do TCE-PA
ORIGEM: Termo de Dispensa n.º 35/2024 – TCE/PA
FUNDAMENTO: Lei n.º 14.133/2021
VALOR GLOBAL: R\$ 12.528,91 (doze mil, quinhentos e vinte e oito reais e noventa e um centavos)
VIGÊNCIA: 12/12/2024 até 12/12/2025
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
UO: 020101
Funcional Programática: 1/01/122/1529/667
PI: 4110006267C
Natureza: 339140
Fonte: 01500.000001
Contenção de Crédito: 2024.020101FICHA000558
CONTRATADA: Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará – PRODEPA, CNPJ n.º 05.059.613/0001-18
ENDEREÇO: Rodovia Augusto Montenegro, km 10, Bairro: Icoaraci, Belém – Pará, CEP: 66.820-000.
ORDENADOR: Rosa Egídia Crispino Calheiros Lopes

Protocolo: 1151831

TERMO ADITIVO A CONTRATO

TERMO ADITIVO Nº: 03
CONTRATO Nº: 23/2021
DATA ASSINATURA: 12/12/2024.
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses e reajuste de preços pelo índice IPCA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/90.
VIGÊNCIA: 17/12/2024 a 17/12/2025.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
UO: 020101
Funcional Programática: 1/01/032/1529/8771
PI: 4110008771C
Natureza: 33.90.40
Fonte: 01500.000001
CONTENÇÃO DE CRÉDITO: 2024020101FICHA000498